

EDITAL

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA REUNIÃO DE CÂMARA DE 01/04/2019

José Rodrigues Paredes, Presidente da Câmara Municipal de Alijó, nos termos e para efeitos do disposto do número 1 no artigo 56.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, torna públicas as deliberações aprovadas pelo Executivo Municipal na reunião de Câmara ordinária de 01/04/2019.

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 – Aprovação da Ata_6_2019 de 15-03-2019.

Deliberação: aprovada por unanimidade, tendo-se ausentado da votação a Vereadora Sónia Pires, por não ter estado presente.

Ponto 1.2 – Presente Proposta da Presidência n.º50/2019, propondo o recurso à reserva de recrutamento para a constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior – engenharia civil, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por maioria, com a abstenção dos vereadores Miguel Rodrigues (PS) e Luís Azevedo (PS), o recurso à reserva de recrutamento para a constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, nos termos propostos.

Os vereadores Miguel Rodrigues (PS) e Luís Azevedo (PS) apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Manifestamos a nossa preocupação para com a situação de descontrolo que se verifica em matéria de empregos nesta Câmara.

Mais uma vez, como nos casos anteriores, também neste caso, para preencher um lugar de técnico superior licenciado em engenharia civil, não é apresentada justificação para a sua necessidade.

Desde o ano passado, vão para meia centena os lugares preenchidos nesta Câmara, o que está na base do enorme aumento nas despesas municipais com pessoal, de cerca de um milhão de euros, no espaço de um ano, e que representará um aumento permanente na estrutura de custos do Município.

Como temos defendido, é importante a criação de postos de trabalho na autarquia, mas com critério, peso e medida, após correta inventariação das necessidades do Município e assegurando a sua sustentabilidade financeira futura.”

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2019/03/26, apresentando um total de disponibilidades de 4.723.277,38€, sendo 3.708.302,98€ de dotações orçamentais e 1.014.974,40 € de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Tomado conhecimento.

Ponto 2.2 – Presente informação n.º 2019/213 informando da necessidade de efetuar a 8.ª modificação aos DP2019, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Tomado conhecimento.

Ponto 2.3 – Presente informação n.º 2019/241 informando da necessidade de efetuar a 9.ª modificação aos DP2019, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Tomado conhecimento.

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – GESTÃO ORGANIZACIONAL

Ponto 3.1 – Presente informação n.º 2019/242, referente a pedido de pronúncia sobre o exercício do direito de reversão do prédio urbano com o artigo matricial 987, a que corresponde o lote n.º 9 da zona industrial de Alijó, em que é requerente João Maria Machado Marques Fernandes, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovada, por maioria com a abstenção dos vereadores Miguel Rodrigues (PS) e Luís Azevedo (PS), a autorização de alienação do lote n.º 9 da Zona industrial de Alijó, nos termos do parecer jurídico.

Os vereadores Miguel Rodrigues (PS) e Luís Azevedo (PS) apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Não queremos aqui obstaculizar a dinamização da Zona Industrial e pensamos que é do interesse de todos nós que os lotes existentes sejam dinamizados.

Mas esta situação, alerta-nos para a necessidade de serem alteradas e atualizadas as regras constantes do atual Regulamento da Zona Industrial de Alijó, que já vigora há mais de duas décadas, para nos assegurarmos que os proprietários dos lotes efetivamente aí pretendem investir e criar postos de trabalho, e não destinando-os à mera especulação financeira.”

Ponto 3.2 - Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de um prédio rústico, denominado “Penajoas”, inscrito na matriz predial rústica com o número 3777 da União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga, em requerimento apresentado por Teresa de Jesus Ferreira Meireles. Contém parecer jurídico n.º 9/2019, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos do parecer jurídico e documentação anexa.

Ponto 3.3 - Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de um prédio rústico, denominado “Gricha”, inscrito na matriz predial rústica com o número 3711 da União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga, em requerimento apresentado por Teresa de Jesus Ferreira Meireles. Contém parecer jurídico n.º 10/2019, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos do parecer jurídico e documentação anexa.

Ponto 3.4 - Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de um prédio rústico, denominado “Ribeira”, inscrito na matriz predial rústica com o número 3571 de Vila Chã, em requerimento apresentado por António de Magalhães Monteiro. Contém parecer jurídico n.º 8/2019, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos do parecer jurídico e documentação anexa.

4. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO

Ponto 4.1 – Presente informação n.º 2019/178 referente à transferência de verba para a CIM Douro, no valor de 3.188,78€, no âmbito da participação do Município de Alijó na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: ratificado, por unanimidade, o despacho exarado pelo Presidente de Câmara, datado de 14/03/2019, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

5. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – DESENVOLVIMENTO SOCIAL

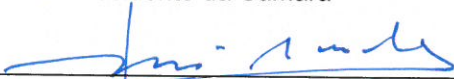
Ponto 5.1 – Presente informação n.º 2019/226 referente à abertura de concurso para atribuição de um fogo no bairro social do Castedo, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, a inclusão no concurso para atribuição de fogos sociais, nos termos propostos.

Para constar se lavrou o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Paços do Município de Alijó, 4 de abril de 2019

O Presidente da Câmara



José Rodrigues Paredes